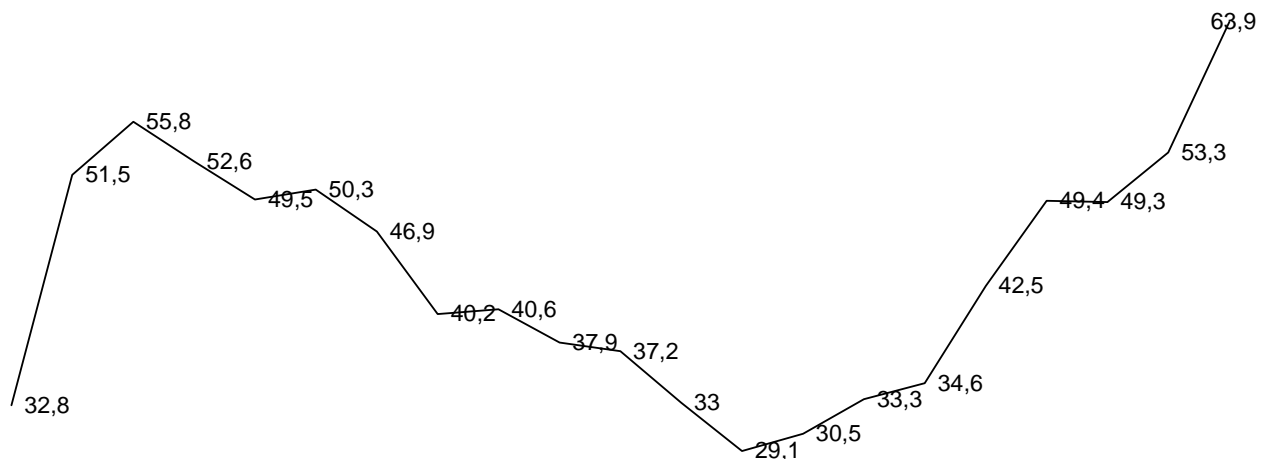


Conjuntura 2002

outubro

Nova Sociedade Comunicação

Lula 52,3 milhões:
início de novo tempo



Dívida Líquida do setor público em % do PIB (1982 a set. de 2002) - Fonte: Banco Central

Conjuntura 2002

Outubro

Nova Sociedade



Comunicação

www.novasociedade.com.br

- Pesquisa histórica e sistematização
- Planejamento Estratégico Participativo
- Elaboração de Projetos para captação de recursos

Produção editorial e gráfica:

Nova Sociedade Comunicação Ltda

Rua Fábria, 27

05051-030 - São Paulo - SP

Responsável:

Paulo Cannabrava Filho

canna@novasociedade.com.br

MTb 7654

Impressão e fotolito:

Aos leitores,

Esta publicação, iniciativa da Nova Sociedade Comunicação, tem o objetivo de oferecer subsídios para uma reflexão sobre a atualidade brasileira. Este primeiro número, com textos de Paulo Cannabrava Filho, com a colaboração da estagiária de história, Paula de Souza e Castro Noya Pinto, é uma contribuição para um debate que julgamos mais que necessário num momento em que a sociedade é chamada a forjar um Pacto Social, unico caminho para a retomada do desenvolvimento e o resgate da dívida social. Os dados utilizados foram retirados de jornais, notadamente os diários Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo e de sitios oficiais do governo federal.



Paulo Cannabrava Filho, jornalista desde 1957, com experiência profissional bastante diversificada, trabalhou em importantes meios de comunicação no Brasil e em países da América Latina. Desde 1980 se dedica a elaborar projetos de comunicação social e a realizar pesquisa e sistematização na área de história. É sócio fundador e presidente do conselho diretor da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual dos Jornalistas Profissionais – Apijor.

À guisa de introdução: um conceito

Quando descemos das árvores evoluímos de apenas gregário para o ser social. Quem sabe esses 0,05% de diferença na cadeia do DNA que nos separam da minhoca, estão na capacidade genética de acumular conhecimento, de usar esse conhecimento para melhorar nossa condição de vida, modificar nosso entorno.

Essas constatações constituem o maior avanço ocorrido na ciência genética. Ao decifrar o código genético os cientistas comprovaram que homens, mulheres, negros, brancos, amarelos ou índios, somos todos absolutamente iguais.

É longo o caminho percorrido pela humanidade na construção do processo civilizatório que desembocou no que somos hoje. À primeira vista pareceria que evoluímos muito, que estamos muito distantes daqueles que iniciaram essa marcha. Não obstante, nas questões essenciais, o arquétipo humano continua o mesmo.

Uma dessas questões essenciais e permanentes nessa longa marcha empreendida pela humanidade é o conflito. Conflito na estruturação do poder na família. Conflito na estruturação do poder na comunidade. Se prestarmos atenção, veremos que o confronto entre nômades e sedentários no passado não é diferente do conflito entre

A sobrevivência da espécie está ligada à organização da produção do alimento que é o mesmo que dizer à organização da vida.

potências hegemônicas e países em desenvolvimento. Então, fica evidente o verdadeiro busílis que é a contradição entre opressão e libertação.

Observando as contradições derivadas dessa realidade em que o ser humano, como ente social, busca formas de convivência, a filosofia entendeu que isso é política. Isso quer dizer que sendo o ser humano um ente social ele é também um ente político. A política estrutura a sociedade, organiza as formas de convivência, não só no interior de uma comunidade como também com o mundo exterior. Organiza inclusive a cultura e também as formas de dominação.

Ouve-se muito falar em cultura. Inclusive o governo se arvora em promotor cultural com seu Ministério da Cultura, Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura. Não obstante, é difícil perceber a que cultura se referem essas entidades governamentais.

Quando a humanidade se organizou para viver socialmente, além da necessidade de superar conflitos, teve que resolver a necessidade de alimentar muita gente. Descobrimos então, que sem a terra não há produção e que sem o trabalho não há produtividade. A sobrevivência da espécie está ligada a organização da produção do alimento que é o mesmo que dizer à organização da vida. A humanidade adquiriu mais sabedoria e experiência a partir da atividade agrícola – a cultura do agro.

Cultura é semear, cuidar e colher, armazenar, distribuir. Isso é tão importante – é trabalhar pela vida e portanto vital - que a filósofia chamou de cultura todo o conhecimento adquirido. Daí que não se pode pretender reduzir a cultura a meras apresentações da criatividade artística. Modo de produção também é cultura, também é arte.

A acumulação do conhecimento ocorrida em uma agrupação humana e sua organização num espaço geográfico comum gerou a Nação. O mesmo idioma, modos de produção comuns, um jeito próprio de encarar a vida, a identificação na criatividade objetiva e subjetiva nas artes, tudo isso constitui a personalidade de um povo. É o que se entende por identidade cultural de uma Nação.

Ética e cidadania são palavras de um mesmo conteúdo

A Nação se organiza e impõe regras para a convivência social. Ela se organiza para a defesa de ataques externos, proteção de suas fronteiras. Organiza-se também para preservar sua identidade cultural. Essa organização é o Estado. O Estado é o ente político social; é a nação organizada para a defesa e para as relações internacionais.

Ainda segundo os filósofos, o que dá o conteúdo à organização social é a ética. Assim como a estética está relacionada com a construção do belo, com a busca da perfeição na arte, a ética está relacionada à busca da perfeição na convivência social. O mundo ético é o mundo bom.

A ética é indispensável para o desenvolvimento social. Há quem diga que ética é bem-estar social. O economista Eduardo Giannetti, diz que sem ética a própria sobrevivência fica comprometida.

Com esse entendimento, hoje se estuda a ética do desenvolvimento. Entram aí as questões tão em voga como a ética da ecologia, da reprodução, da genética, do transplante, dos transgênicos.

Tanto nos meios de comunicação tradicionais como no mundo virtual – e há que incluir aqui todo tipo de utilização que se dê à Internet – a exigência da ética é crucial. E é preciso pensar se, além disso, não deveria existir um certo controle.

É necessário planejar o futuro de modo consistente, e criativamente.

Quando se fala em ética na convivência social se está definindo o conceito de cidadania. Aliás, entendo que ética e cidadania são palavras de um mesmo conteúdo.

O cidadão é o indivíduo como parte do Estado. A convivência e a interação entre os diversos indivíduos impõem limites à liberdade. Então o cidadão ético é aquele que conhece os seus direitos e os direitos dos outros, direitos que são regulados pelo Estado.

Uma pergunta persegue intelectuais e artistas desde priscas eras: Qual é o papel do artista cidadão, do intelectual cidadão? Como ser um artista ético? Um intelectual ético?

O compromisso maior do intelectual cidadão, do artista cidadão é para com a sociedade. A sociedade de sua nação, de seu país.

A sociedade do consumo estetizado, da ditadura do capital volátil, do liberalismo transformado em libertinagem, privilegia, sobretudo o indivíduo. Pior que isso. Mais valor tem aquele que leva vantagem.

Ora, o indivíduo não pode ser contraponto ao social porque o indivíduo é social!

A contracultura da pós-modernidade é contra a cultura da modernidade. Enquanto aquela vê o fim da história, esta trata de resgatar a história para forjar o futuro.

A banalização dos valores culturais nacionais, a cultura de massa e a conseqüente alienação, a desesperança diante da ausência de futuro, a ridicularização de nossos líderes, tudo isso forma a contracultura da globalização que é, nada mais nada menos, que a velha cultura da dominação.

Vale lembrar o antropólogo Roberto Damatta que diz que está na hora de pensar criticamente a liberdade. É para concordar. A liberdade desprovida da ética cidadã leva à barbárie em que se está transformando o mundo hoje.

A modernidade exige a construção da igualdade. Toda ação cultural deveria estar dirigida à construção da solidariedade, ao desenvolvimento da igualdade. Só assim chegaremos ao cidadão ético, capaz de viver em harmonia com a natureza e de construir a paz. De não ser assim, estamos fritos, literalmente. De onde se conclui que é necessário planejar o futuro de modo consistente, e criativamente.

Lula 52,3 milhões: início de novo tempo

A vitória das oposições e a ascensão de um operário ao poder, após 12 anos de ditadura do capital financeiro, oferece condições para que se abra um novo ciclo na história do Brasil, caso se mantenha a coesão das forças que garantiram a vitória em outubro. A situação do Brasil não é insolúvel caso sejam mudados os rumos da política econômica. Más, não há que alimentar ilusões. Períodos difíceis terão de ser suportados pelo povo brasileiro.

Passada a euforia da espetacular vitória de Lula nos dois turnos das eleições de outubro impõem-se momentos de reflexão. O buraco cavado nos doze anos de domínio fernandista (1990 – 2002) – de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso - ficou muito fundo e não vai ser fácil sair dele no curto prazo. Numa previsão otimista, seriam necessários pelo menos dez anos para o Brasil voltar a apresentar indicadores econômicos compatíveis aos do início da década de 1980. Realisticamente, talvez sejam necessários pelo menos 15 anos.

Não se trata de uma constatação catastrofista com fins eleitoreiros, pois a eleição já foi. É preocupação real diante da grande expectativa dos milhões de eleitores que depositaram suas esperanças na candidatura de Luís Inácio (Lula) da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse povo não merece ser mais uma vez defraudado.

FHC não conseguiu manter a unidade de sua base aliada

Durante a campanha eleitoral, nos dois turnos, o que se viu foi uma farsa psicossocial. Foi uma representação induzindo ao logro, com raras exceções, assim mesmo no âmbito dos candidatos sem chance.

Ciro Gomes, por exemplo, ex-governador do estado do Ceará, ex-ministro da Fazenda no Governo de Itamar Franco (1999) candidato de uma coligação de partidos de oposição – Partido Popular Socialista (PPS – ex-comunista); o social democrata Partido Democrático Trabalhista (PDT), além do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ciro entrou no páreo com belo desempenho, caiu logo para o grupo dos sem

chance, porque não foi capaz de se conduzir como farsa. Revelou logo que não tinha escopo.

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do presidente Fernando Henrique Cardoso, lançou para sua sucessão a candidatura de José Serra, político originário das lutas democráticas das décadas de 1960 - 1970 - 1980, que foi seu ministro do Planejamento e em seguida ministro da Saúde. Mas não conseguiu o apoio consensual de todos os partidos que compuseram a base governista: Partido da Frente Liberal (PFL), Partido do Movimento Democrático (PMDB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Resultado das eleições de outubro

Presidência da República - 1o Turno

Legenda	Partido	Candidato	Total	% válidos
PT	Partido dos Trabalhadores	Lula	39.454.692	46,44
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	José Serra	19.705.061	23.20
PSB	Partido Socialista Brasileiro	Garotinho	15.179.879	17.87
PPS	Partido Popular Socialista	Ciro Gomes	10.170.666	11.97
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	Zé Maria	402.232	0,47
PCO	Partido da Causa Operária	Rui Costa Pimenta	38.619	0,05

Câmara dos Deputados (513 cadeiras)

Legenda	Bancada atual	Bancada eleita	Crescimento	composição %
PT	58	91	+33	17.73
PFL	98	84	-14	16.37
PMDB	87	74	-13	14.42
PSDB	94	71	-23	13.84

Senado Federal (81cadeiras)

Legenda	Bancada atual	Bancada eleita	Crescimento	composição %
PFL	18	19	+1	23.45
PMDB	23	19	-4	23.45
PT	8	14	+6	17.28
PSDB	14	11	-3	13.58

A manutenção da diferença de votos evitou a fraude

Lula e Serra, ao se sujeitarem aos dois grandes marqueteiros, Duda Mendonça e Nizan Guanaes, foram transformados em duas cobaias numa experiência de manipulação psicossocial. Na verdade, uma disputa entre os dois publicitários. Se o objetivo fosse ganhar um troféu em Cannes, Duda teria sido o vencedor. Foi mais ético que seu antigo parceiro (os dois já foram sócios). Na reta final da campanha, Nizan utilizou a atriz Regina Duarte para infundir o medo nas consciências dos eleitores. Quis com isso reforçar o conteúdo da mensagem que foi o mote de toda sua campanha: ou o mercado (Serra) ou o caos (Lula). Isso é democracia?

Serra chegou a reclamar de seu opositor: onde está o conteúdo do programa? Mas ele próprio tampouco apresentou conteúdo de seu programa. Nos discursos dos dois candidatos, muitas promessas irreais. Nos dias que antecederam o segundo turno, as campanhas melhoraram. Os candidatos apareceram mais e agregaram conteúdo a seus discursos. Serra, no entanto, insistiu na mensagem maniqueísta, contribuindo para a manutenção de seu desgaste. Lula deu um tom de esperança e alegria e apontou caminhos corretos para serem seguidos. Sem dúvida, foi a manutenção da diferença de 30% apurada na pesquisa entre os dois candidatos o que evitou uma fraude, garantiu a vitória.

Para não deixar a impressão de que tudo foi lixo nessa campanha, houve, realmente, algo de positivo, que foi poder mostrar um pouco do

estrago que o período fernandista causou ao país. Lula, Ciro, Garotinho, Zé Maria, bateram à vontade: "Onde foi parar o dinheiro da privatização? Por que em 12 anos não criaram um só emprego? Quem é o responsável por uma dívida pública que ultrapassa 60% do PIB?" Anthony Garotinho, novo na política, governador do estado do Rio de Janeiro, candidatou-se à presidência pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) apoiado por seitas evangélicas. José Maria se apresentou como candidato do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) com discurso de ultra-esquerda.

É provável que a campanha tenha ajudado a percepção de que o modelo econômico adotado pelos governos de Collor e Fernando Henrique não está servindo aos interesses do país. E que isso tenha levado ao resultado do primeiro turno em que quase 75% dos votos válidos foram para os candidatos e partidos de oposição. Mas é pouco provável que o resultado do pleito signifique uma guinada à esquerda, ou, que o povo lulou.

O mais provável é que esse povo se mantenha fiel a seu DNA que ainda é conservador. Mas, falta muito desenvolvimento cultural para transformar essa essência conservadora em progressista e, mais ainda, em determinação de apoiar a promoção de mudanças significativas no status quo. A alienação que se obteve em cerca de 30 anos de ditadura do capital financeiro, acentuada no período fernandista, é muito grande, está muito enraizada.

Resultado das eleições de outubro

Presidência da República - 2o Turno

Legenda	Candidato	total	% válidos
PT	Lula	52.793.634	61.3
PSDB	José Serra	33.370.739	38.7
Branco		1.727.760	1.9
Nulos		3.772.396	4.1
Abstenções		23.589.188	20.5

A mídia manteve a esperança do voto anti-Lula até o último momento

Resultados para governador

Partido	Estado
PSDB	São Paulo Minas Gerais Ceará Goiás Pará Rondônia Paraíba
PMDB	Paraná Rio Grande do Sul Santa Catarina Pernambuco
PFL	Bahia Maranhão Tocantins Sergipe
PSB	Rio de Janeiro Rio Grande do Norte Alagoas Espírito Santo
PT	Acre Mato Grosso do Sul Piauí
PPS	Amazonas Mato Grosso
PDT	Amapá
PSL	Roraima
PTB	-

Os politólogos caboclos interpretaram a onda de votos oposicionista como uma maré de racionalidade diante do reconhecimento da necessidade de se dar outro rumo ao modelo responsável pelo desemprego. É por aí que se vão encontrar respostas. A mídia não acredita que o PT tenha chegado onde chegou por seus próprios méritos. Manteve a esperança do voto anti-lula até o último momento.

De fato, a estratégia que o PT vinha seguindo a cada pleito, parecia ter como objetivo o partido, não o poder. Por isso a quase aversão às alianças e a peremptória oposição a aceitar outra cabeça de chapa que não Lula. Faz sentido: conquistar o maior número de prefeituras e de governos estaduais, fazer bancadas substanciosas em cada Estado e garantir pelo menos 30% na Câmara Federal. Com essa base consolidada estaria aplainado o caminho para a Presidência da República.

E não estava fácil para o PT ultrapassar a barreira dos 20%, tanto em cada Estado como no âmbito federal. A maior surpresa nas eleições de 6 de outubro não foi o caudal de votos em Lula e sim as bancadas estaduais e federais que elegeu. No âmbito federal, 60% dos congressistas não se reelegeram e o PT fez a maior bancada com 91 dos 513 deputados federais e 14 entre 81 senadores. Há uma grande esperança de que essa renovação favoreça um programa de mudança. Não obstante, não se pode tampouco ignorar que os evangélicos e os ruralistas conformam uma maioria significativa. Nos estados o desempenho tampouco foi lá essas coisas. E há outro dado que não está sendo muito considerado contra a unanimidade que se quer ver na eleição de Lula: as abstenções somam 23 milhões de votos, 20,5% do total.

Nas eleições para os governos dos 27 estados da União, o PT só venceu em três, assim mesmo de pequena importância em população e PIB. Disputou e perdeu a eleição no segundo turno no Pará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Amapá, Ceará, Sergipe e no Distrito Federal (Brasília). Ainda nas eleições estaduais, o PT conseguiu eleger só 147 deputados estaduais de um total de 1.059. O PSDB, o PFL e o PMD, partidos da aliança que sustentou Fernando Henrique, elegeram governadores em 16 estados, inclusive os mais populosos e de maior peso no PIB nacional como São Paulo e Minas Gerais.

O PSB, elegeu a esposa do governador Anthony Garotinho para o governo do Rio de Janeiro e mais três governadores. Ainda que Garotinho, e o enorme contingente de evangélicos tenham apoiado a candidatura de Lula no segundo turno, não se pode considerar que esse partido se manterá fiel uma vez que tudo indica que Garotinho será candidato novamente nas próximas eleições.

A perplexidade desarmou as elites deixando-as sem candidato à Presidência da República

Os anos de desgoverno da era fernandista levaram tal perplexidade às elites que ficaram desarmadas para disputar a contento o pleito de outubro. Alguns comentaristas políticos aplaudiram o fato de Fernando Henrique, em sua maior façanha, a que definitivamente o colocará na história, ter conseguido levar junto consigo à sepultura política, lideranças das mais cavernícolas do país, como Antonio Carlos Magalhães (PFL), ex-governador da Bahia e ex-senador; e Paulo Maluf (PPB – Partido Progressista Brasileiro), ex-governador de São Paulo; José Sarney (PMDB), ex-governador do Maranhão, ex-presidente da República e senador, para citar apenas as mais notórias. Lideranças que serviram fielmente à ditadura militar e continuaram no poder.

Essa é também uma conclusão precipitada que está sendo empurrada pela mídia. Nem Sarney, nem Magalhães, nem Maluf perderam a majestade. O pior desempenho entre eles, foi o de Maluf, que teve 20% dos votos. E nem Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul e duas vezes do Rio de Janeiro e atual presidente do PDT, pode ser colocado no mesmo saco. Sua história de resistência democrática o faz merecedor de respeito. O que aconteceu de mais trágico em outubro, no entanto, que foi a eleição de Rosinha no Rio de Janeiro, não mereceu destaque na mídia, e sim a baixa votação de Brizola, candidato derrotado ao Senado. Rosinha é esposa do governador Antony Garotinho que renunciou ao governo para candidatar-se à Presidência e que com a eleição da mulher deverá voltar a governar o Rio indiretamente,

O PFL se preparava para o poder

O PFL, preparando-se há anos para ser o maior partido do país e para governar, sequer conseguiu apresentar um candidato a Presidência da República. Quem eles tinham para apresentar? Roseane? (filha de José Sarney e governadora do Maranhão). Espiridião Amim? (dirigente do PPB, ex-governador de Santa Catarina). ACM?

(Antonio Carlos Magalhães). Com que roupa? Fosse o que fosse que tirassem do guarda-roupa estaria com a lama e o cheiro da era fernandista. Uma conjuntura realmente desfavorável. Não obstante, a elite brasileira há 500 anos vem demonstrando uma imensa capacidade de recuperação. Não se pode subestimá-la.

A direita sonha com o bi-partidarismo

O projeto estratégico do PFL não foi enterrado. O frentão “governista” (PFL, PSDB com setores do PMDB, e de outros partidos menores), quer reproduzir aqui o modelo de alternância no poder consagrado nos Estados Unidos, que assegura a continuidade do modelo econômico e a hegemonia dos grupos submissos ao capital internacional. É para ser avaliado o quanto esse projeto é favorecido pela presença de 40 partidos no espectro político partidário nacional, onde a maior fragmentação se dá precisamente nas hostes da esquerda. Pouco se fala aqui que nos Estados Unidos também existem mais de 40 partidos e que sequer é o voto popular majoritário que decide uma eleição.

Há quem acredite que houve fraude

O establishment não acreditava que Lula explodisse eleitoralmente. Por isso queriam-no no segundo turno. A maior preocupação de Brizola, gato escaldado, era com a possibilidade de fraude. “As urnas eletrônicas são violáveis” - advertia. Às vésperas do pleito as pesquisas confirmavam que a explosão de votos favoráveis a Lula lhe daria a vitória no primeiro turno. Veio a apuração, deu segundo turno. Carlos Chagas, jornalista da velha guarda, fez os cálculos e pergunta: “como é possível que o PT tenha eleito bancadas majoritárias em todos os âmbitos, correspondendo aos resultados das pesquisas, e que Lula tendo sido o grande puxador de votos, não tenha acompanhado esses resultados?” Fica aí uma dúvida praticamente insolúvel. Como recontar os votos da urna eletrônica?

Nem Lula nem ninguém poderia ser pior que o pior dos Fernandos: FHC

Deu-se nesta eleição exatamente o contrário do que ocorrera em todas as realizadas depois de 1988. Nelas, o que quer que fosse apresentado como anti-Lula, até mesmo um poste, ganharia. Ninguém tem dúvida de que foi essa aposta maniqueísta que elegeu os Fernandos. Nesta última, no entanto, o feitiço virou contra o feiticeiro. Desta vez, na cabeça do eleitor, nem Lula nem ninguém poderia ser pior que o pior dos Fernandos: FHC. O resto foi o marketing que fez.

FHC era quase unanimidade nacional

FHC, eleito em 1994, assumiu em janeiro de 1995 quase como uma unanimidade nacional. O PSDB, apesar de minoritário, fez aliança com o PFL, a segunda maior bancada, e com o PMDB. Também teve o apoio dos governadores de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (60% do PIB). O que se pôde ver nessa eleição, é o grande declínio do PFL e do PMDB. O PFL que governava nove estados só conseguiu eleger o governador da Bahia, e o PMDB, apesar de eleger nove governadores, já se encontrava em turbulência renunciando um grande racha. Na última eleição o PMDB se dividiu entre governistas e oposicionistas confrontando as grandes lideranças. José Sarney no Norte, Itamar Franco em Minas Gerais, Orestes Quéricia em São Paulo, expressivos dirigentes do partido, apoiaram Lula. Dificilmente o PMDB voltará a mostrar unidade. O PT terá de trabalhar o apoio fragmentado das diversas agrupações políticas o que dificulta o processo.

Desde 1994 o PT é o partido que mais cresce

Na eleição de 1994, o PT, com Lula, foi o partido que mais cresceu. Pela primeira vez elegeu dois governadores, 46 deputados federais (o dobro que na legislatura anterior) e quatro senadores. O PT entra em 2003 como o maior partido nacional; foi reduzida a bancada ruralista; os partidos da chamada oposição (PT, PST, PPS, PSB, PCdoB, PV e PMN) somam 167 cadeiras

na Câmara. Os otimistas calculam que, se o PL e o PTB se mantiverem fieis à proposta de campanha, esse número pode chegar a 219 cadeiras, faltando só 38 para alcançar os 257 da metade mais um, ou 89 para fechar os dois terços. Esses são os fatos mais importantes dessas eleições. Mas, o PTB, o PFL e o PMDB ainda há pouco estavam na base aliada do fernandato.

A tradição conspiratória da UDN deve ser sempre lembrada

Não dá para fazer esses cálculos eleitorais sem compará-los com outros períodos de nossa história. O espectro político construído na era Vargas (1930-1954) apresentava quatro grandes partidos e dez de menor porte, alguns destes com forte expressão regional. O Partido Social Democrata (PSD) era caracterizado como centro, com discurso desenvolvimentista e social-democrata, tinha um forte componente conservador ruralista em convivência com setores urbanos modernos. Era o maior partido. O segundo maior partido era a União Democrática Nacional (UDN), de direita – com discurso moralizador, aglutinava o que havia de mais reacionário (usineiros do Nordeste) no campo e setores de classe média ascendente e alguns intelectuais na área urbana. Abrigava jornalistas de grande influência como Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal O Estado de São Paulo, e Carlos Lacerda, da Tribuna de Imprensa, diário do Rio de Janeiro. O terceiro, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com fortes vínculos com o movimento sindical e discurso reformista, havia sido formado sob inspiração do próprio Vargas.

O PSD em aliança com o PTB governou o Brasil com Dutra (1946 – 1950); com Vargas (1950 – 1954); com Juscelino Kubitchek (1955 – 1960) e com João Goulart (1961 – 1964). Durante todo esse tempo o PTB cresceu e a UDN conspirou. Desenvolveu uma verdadeira cultura conspiratória e uma tradição golpista no país.

Jânio e Collor tinham os votos que a UDN, por não tê-los, precisava

Nossas elites se especializaram em demonizar líderes com votos e em criar fantoches com votos. Jânio Quadros e Fernando Collor são expressões de um mesmo conteúdo político e psicossocial. Quem não sabia que Jânio era alcoólatra em altíssimo grau, emocionalmente instável e com vocação ditatorial? Mas ele tinha os votos que a UDN precisava para justificar-se no poder. Quem, no meio político, não sabia que Collor era viciado em droga, um desequilibrado. Mas tinha os votos que a UDN precisava para justificar-se no poder.

É impressionante como a história se repete e, sempre como farsa. A mesma UDN que deu o golpe em Jânio em 1961 deu o golpe em Collor em 1991, e deu outro golpe em 1998 quando comprou os votos que garantiram a reeleição de FHC.

Quem é mais UDN nos dias de hoje?

Quem é mais UDN nos dias de hoje: o PFL ou o PSDB? Ambos parecem reencarnar o espírito udenista. O PSDB inclusive tem setores que até fazem lembrar a “esquerda” da UDN. O surgimento de Fernando Henrique – charmoso, culto, inteligente - foi a glória para a UDN. Afinal, um udenista de cepa e, o que era mais incrível, com votos, chegou ao poder. E chegou com muitos votos de eleitores convencidos de que estavam votando num homem de esquerda.

Aqui se destaca uma característica da cultura brasileira no seu estado atual. Gente mal preparada por universidades que há muito perderam a universalidade. A cultura da Lei de Gerson (lei do leva vantagem) e do conhecimento adquirido por ouvir falar, por ler na mídia, no almanaque, ver na tv Globo. Intelectuais sérios e honestos que tenham lido os escritos de Fernando Henrique e acompanhado sua carreira universitária primeiro e política depois de 1980, sabem que ele nunca foi de esquerda. Ascendeu porque soube aproveitar o momento político, engajando-se no movimento das Diretas Já, preenchendo o vazio de liderança de que éramos

vítimas. Atuou como um democrata enquanto isso lhe trazia proveito. Depois...

FHC governou com apoio uníssono da mídia

O seu comportamento depois que assumiu o poder é visto por muita gente como democrático. Muitos afirmam que FHC em seu octênio garantiu a democracia. Será verdade? Fernando Henrique bateu o recorde de medidas provisórias; subjugou o Judiciário; alienou o patrimônio nacional; propiciou o sucateamento de amplos setores da indústria nacional; permitiu a corrupção, somente atuando contra aqueles que lhe eram desafeto ou quando não dava mais para esconder da opinião pública; praticou corrupção comprando votos e concedendo prebendas a políticos; elevou a dívida pública a mais de 50% do PIB, outro recorde histórico; permitiu o enfraquecimento do Mercosul (Mercado Comum dos países do Cone Sul da América Latina, embrião de uma América Latina integrada nos moldes da União Européia); abriu brechas perigosas na soberania nacional, com a cessão da base de lançamento de mísseis de Alcântara, no Norte do País, aos Estados Unidos; apoiou a política belicista do nazista-louco George W. Bush; inflacionou as tarifas públicas e os bens e serviços essenciais; escamoteou do público a verdadeira inflação do real; congelou soldos e salários; favoreceu vergonhosamente os bancos; recorreu três vezes ao Fundo Monetário Internacional (FMI), prejudicando a credibilidade do país no exterior; armou o palco para as maiores maracutaías de nossa história. E fez tudo isso tendo a aprovação uníssona de nossa mídia.

As duas campanhas eleitorais para Presidente de FHC tiveram como principais fontes de financiamento grande bancos. Não é sem motivo portanto que foram premiados com um programa tipo Proer, e com o consentimento aos pornográficos lucros que esses bancos obtêm a cada ano.

A democracia que temos está sendo construída a duras penas pelo povo

A democracia que temos – mais liberdade consentida que democracia - não pode ser atribuída a quem quer que seja, pois é a democracia que está sendo construída a duras penas pelo povo e apesar de enganadores como Fernando Henrique. Ainda que conservador, nosso povo nutre a esperança de dias melhores para si e para o país e já percebeu que a democracia é o melhor caminho para realizar esse objetivo. E tem mostrado que é capaz de mobilizar-se quando se trata de defendê-la. São inúmeros os momentos em que o povo saiu as ruas para impor seus direitos.

Vale lembrar a mobilização que garantiu a posse de Goulart em 1961 e a mobilização pelas por eleições na campanha das Diretas Já, no início dos anos 1980. Vale aqui recordar a esperança que esse povo depositou em Tancredo Neves, que reencarnava a vertente histórica das forças populares deslocadas pela ditadura e a promessa das mudanças em benefício das massas. Ganha atualidade o apelo de Tancredo que não chegou sequer a tomar posse, pois faleceu: “não vamos nos dispersar!”

Os votos a Jânio barraram o movimento popular

A bolha democrática do governo de Juscelino Kubitchek – JK - (1956 – 1960) propiciou a reorganização do movimento sindical e grande desenvolvimento dos partidos populares, notadamente do PTB e PCB. Juscelino contrariou

os Estados Unidos sugerindo a aliança dos países latino-americanos através da Operação Panamericana (OPA) e também denunciando e rompendo com os acordos com o FMI. Os milhões de votos conseguidos por Jânio Quadros nas eleições presidenciais de 1960, serviram para frear esse processo. Porém, como Jânio era insano, tentou um golpe militar que só não deu certo porque Jango (João Goulart) e Brizola bateram a vara sobre a mesa, o povo respondeu e o Exército se dividiu. Com a renúncia de Jânio, assumiu apoiado pelas forças populares em rebeldia lideradas por Brizola, o vice-presidente João Goulart, principal líder do PTB, com longa trajetória de trabalho junto ao movimento sindical. Goulart era acusado de pretender instituir uma república sindicalista no Brasil.

Para as elites e os EUA era preciso barrar o ascenso popular

A bolha democrática se ampliou com Goulart (1961 – 1964). Nas eleições marcadas para 1965 o PTB tinha tudo para sair dela como, senão o maior, pelo menos o segundo maior partido, dependendo de disputar com JK a presidência ou apoiar a candidatura de JK. Para as elites, e para os Estados Unidos, era preciso barrar essa avalanche. O único caminho era o golpe. Alguns governadores concordaram com isso e financiaram a corrupção e o deslocamento de tropas mineiras. Há farta literatura sobre o envolvimento também da CIA na articulação desse golpe.

Resultados de 1962

Câmara dos Deputados

Partidos	Votos	%	Cadeiras
PSD	2.225.693	18,35	118
PTB	1.722.546	14,20	116
UDN	1.604.743	13,23	91
PR	269.155	2,22	4

Senado Federal

Partidos	Votos	%	Cadeiras
PSD	2.222.547	10,80	16
PTB	2.694.308	13,09	12
UDN	2.182.647	10,60	8
PR	408.524	1,98	1

Para avançar é necessária uma grande Frente de Salvação Nacional

O maior erro dos militares foi o de acreditar na UDN e se distanciar da Nação

Seguiu-se a ditadura militar que durou até, digamos, para se ter um marco concreto, a Constituição de 1988. O maior dano causado foi a castração das lideranças políticas, a abertura da brecha entre o estado e a nação, a alienação consumista a que foi induzida a classe média; o martírio de mais de uma geração de sonhadores. O maior erro dos militares foi acreditar na UDN e se separar da Nação. Depois da caça às bruxas, não restou alternativa que não a de achar que a restauração democrática seria udenista. Custou-lhes a desmontagem do aparato militar e industrial. Hoje o Exército não tem recurso nem para mobilizar recrutas.

É a partir de 1980 que se pode falar em recomposição das forças populares, tanto no âmbito sindical como partidário. Havia uma brecha entre gerações dificultando a manutenção da frente que se havia conseguido com o MDB (Movimento Democrático, criado com consentimento da ditadura e que se transformaria em uma grande frente de luta democrática). Divide-se o movimento sindical e se atomiza a frente política.

O novo, com a cabeça feita em anos de alienação, não foi capaz de entender a necessidade de casar-se com a vertente histórica, beber na tradição das lutas populares. O velho não foi capaz de adaptar-se aos novos tempos. O imperativo de uma grande frente em torno a um projeto nacional ficou a esperar por momentos de oportunidade. Passamos por quatro eleições sem construir esse momento.

Este é o busílis da atual conjuntura pós eleitoral. Há condições para se costurar a grande frente de salvação nacional necessária para retomar o projeto de nação e de construção de um desenvolvimento integral e auto-sustentável?

A direita perdeu uma batalha mas não perdeu a guerra

A direita perdeu uma batalha mas não perdeu a guerra. As inúmeras vezes que nossa elite conseguiu reverter processos políticos que lhe eram desfavoráveis ou desafetos formaram uma escola que tem sido seguida por todos os nossos vizinhos latino-americanos. Vale lembrar as marchas com Deus pela família e liberdade, armadas aqui para derrubar o governo de Goulart, reproduzidas pela direita chilena - os mômios - e agora utilizadas como arma contra Hugo Chaves na Venezuela.

Tampouco se pode perder de vista que nunca antes na história do Brasil se teve os meios de comunicação em uníssono a serviço da antipátria. Sem dúvida esse é o maior gargalo a impedir a marcha do processo de democratização e de desenvolvimento do país. Pensamos que saímos de uma ditadura quando na realidade entramos noutra, muito pior, por sutil, a ditadura do capital volátil, que se utiliza de uma elite entreguista e manipula os meios de comunicação a seu bel prazer.

A constituição de uma frente de salvação nacional, vinculada aos mais de 100 milhões de votos que foram dados aos postulantes dos seis postos constantes da cédula eleitoral eletrônica, inscritos nas legendas de oposição, se vislumbra como o caminho que se tem para avançar.

Não obstante, sem apresentar um projeto nacional, uma estratégia de desenvolvimento e sem pensar em uma alternativa à alienação, à manipulação que vem sendo e continuará sendo praticada pelos meios de comunicação, não demorará muito para a restauração do poder dos perdedores de outubro, e a retomada do processo de neocolonização.

O cenário internacional:

Temos um mundo multipolar contra a imposição da hegemonia dos Estados Unidos

Bush quer a guerra para salvar a economia estadunidense - O petróleo ainda será a principal fonte de energia nos próximos 25 anos, pelo menos - A Alca é um corolário mais à Doutrina Monroe - América Latina tem história e destino comuns - Estados Unidos conspirarão sempre contra qualquer governo nacionalista - Política externa independente requer coesão na frente interna - Washington conta com o servilismo histórico de nossas elites

O primeiro ponto a se considerar numa análise de conjuntura internacional é que nos Estados Unidos, o governo neonazista de Bush está trabalhando com algumas premissas que são determinantes para formulação de estratégias e políticas tanto internas como de relações exteriores.

Guerra

Uma é a de que a guerra é inevitável para reativação da economia estadunidense. O programa Guerra nas Estrelas ficou inviável no curto prazo não restando alternativa que a da guerra. O New York Times publicou um artigo exatamente nesses termos no dia 9 de setembro de 2001, antevéspera da tragédia das Torres Gêmeas do dia 11. Na semana seguinte, Bush declarava guerra ao Afeganistão. A ação foi um tanto frustrante do ponto de vista bélico, mas assegurou o controle sobre reservas e rotas

petrolíferas. Sem falar no lucrativo comércio do ópio.

Petróleo

Outra premissa é a de que o petróleo ainda será a principal fonte de energia no mínimo pelos próximos 20 a 30 anos. O petróleo é a base do *way of life* estadunidense.

Não se conhecem resultados de pesquisas sobre fontes de energia alternativa apontando para outro caminho, ou indicando que isso irá ocorrer num período de tempo mais curto. O petróleo dos países do Golfo Árábico portanto, redobrou de importância estratégica.

Deflagrar a guerra contra o Iraque, controlar os poços e as rotas do petróleo do Oriente Médio mata dois coelhos de uma cajadada: atende a necessidade de guerra e garante abastecimento do óleo para os próximos 15 a 20 anos, pelo menos.

Uma situação de guerra sempre produz imprevistos. O petróleo da Venezuela – o segundo maior exportador mundial – assim como o do México, está ali mesmo, a poucos quilômetros da Florida. O oleoduto do Panamá torna o abastecimento da costa oeste (Pacífico) tão fácil como da costa leste (Atlântico). Segundo a doutrina Bush, não se pode deixar esse petróleo em mãos de inimigos dos Estados Unidos. Então Chavez, tal como Sadam, pertence ao “eixo do mal”.

União Européia

Como terceiro ponto, a reativação da economia e a manutenção do crescimento econômico em situação tanto de guerra quanto, principalmente, em situação de paz, requer mercado em expansão. A Europa já não é mais aliada incondicional, alinhada docilmente à política externa dos Estados Unidos.

O Brasil constitui reserva estratégica para os Estados Unidos

A Europa voltou a ter objetivos estratégicos próprios. A União Européia, hoje com 15 países, já anunciou que até 2004 terá incorporado mais dez países e que essa incorporação poderá efetivar-se a partir de dezembro de 2002. Serão 75 milhões de habitantes a se somarem aos 380 milhões dos 15 membros, e um acréscimo de cerca de 350 bilhões de dólares ao PIB. Com certeza os sete mais ricos da UE, devido a essa ampliação, terão muito com que se ocupar por longo tempo.

Alca

A Doutrina Monroe, de 1826, preve que a área de interesse estratégico dos Estados Unidos se estende do Canadá à Patagônia. A Alca, o mais novo corolário dessa doutrina, tem o objetivo de assegurar mercado para expansão da economia estadunidense. Isso implica em manter o controle das políticas de desenvolvimento ao sul do Rio Bravo. O Brasil é a reserva de mercado estratégica para os Estados Unidos. E isso não é novidade.

Outro ponto a se considerar na conjuntura internacional é que o mundo não é unipolar como os Estados Unidos pretendem e a nossa mídia faz eco. O mundo na atual conjuntura é no mínimo pentagonal: Estados Unidos, China, União Européia, Rússia, e Japão. Japão é o único que não une poderio

**A América Latina
dispõe de tecnologia
e de recursos
naturais
inesgotáveis para
produção de
excedentes de
energia**

econômico com poder nuclear. Rússia, debilitada após a desmontagem da URSS, está comprovando que tem incalculáveis possibilidades de recuperação econômica e de força política. E ainda há a possibilidade de que a Rússia seja o décimo oitavo país a integrar a União Européia. A UE precisa do petróleo e do mercado russos e a Rússia precisa da UE para sua re-inserção como protagonista de peso na política mundial.

Não alinhamento

Também os países do Terceiro Mundo poderão recuperar a autoconfiança e de novo atuar com políticas concertadas nos foruns internacionais, não só para impor critérios mais justos nos termos de intercâmbio, mas também para impor políticas de paz. O movimento dos Não Alinhados já deu cabal demonstração de que esse tipo de política e de atuação funcionam.

A América Latina tem historia e destino comuns. Até o

Fernando Henrique reconheceu isso quando disse que a Aliança de Livre Comércio das Américas (Alca, proposta pelos Estados Unidos) é opção, o Mercosul é destino. Só que a política de sujeição ao capital volátil e aos interesses dos Estados Unidos, seguida pelo governo do PSDB, não favoreceu o Mercosul. E se Serra tivesse sido eleito, esse projeto estratégico seria abandonado, pois ele declarou em campanha que o Mercosul não deu certo.

Mercosul

O Itamarati (Ministério das Relações Exteriores) está certo quando recomenda ao governo que priorize o Mercosul e a América Latina. Para os países latino-americanos o Brasil é estratégico sob todos os pontos de vista da sobrevivência e a recíproca é verdadeira. Com o petróleo da Venezuela, da Argentina, do Brasil e do México, gás da Bolívia e carvão da Colômbia, a América Latina é auto-suficiente em combustível fóssil por muitas décadas. E ainda dispõe de tecnologia e meios inesgotáveis para produção de energia da biomassa. Tanto em situação de guerra como em situação de paz, América Latina pode produzir excedentes de produtos energéticos em abundância para exportação, fonte de divisas para impulsionar o desenvolvimento.

Washington conta sempre com o apoio incondicional de nossas elites para defender seus interesses

Qualquer governo democrático e progressista que atue em função dos interesses da soberania nacional terá imediatamente a oposição de Washington. E o que é pior, Washington terá o apoio incondicional das nossas elites historicamente submissas.

Os Estados Unidos constituem mercado importante, cobiçado por todos os países do mundo. Mas, também são um país dependente, que para manter em funcionamento sua fantástica economia, importa mais de 70% da matéria prima estratégica que necessita. Essa debilidade é compensada com a diplomacia enganosa da política da Boa Vizinhança ou com a política do Grande Porrete (Big Stick), ou seja, a força bruta.

Compromisso

A relação com os Estados Unidos constitui o grande problema de política exterior para qualquer governo que pretenda exercer uma política externa soberana, dirigida a favorecer o desenvolvimento nacional e latino-americano. Ao fazer aliança com os setores nacionalistas é de se esperar que Lula tenha se comprometido com salvaguardar a soberania nacional. Assim sendo, a política exterior deverá ser uma das principais marcas a caracterizar o próximo

governo. Aguarda-se um encontro entre Bush e Lula. Espera-se que Lula não se deslumbre como tem acontecido com ilustrados governantes oriundos de nossa elite. Pois Lula não tem porque se intimidar. Ele tem a legitimidade consagrada por 53 milhões de votos, e Bush a ilegitimidade de uma duvidosa contagem de votos na Florida. Saindo de uma campanha vitoriosa em que pregou "paz e amor", Lula poderá dar ao Brasil condições para ser o grande arauto da paz, sempre almejada pela humanidade e hoje tão ameaçada por pretensões hegemônicas.

O maior problema

Claro que não interessa ao Brasil perder o mercado estadunidense que absorve entre 20% e 25% de nossas exportações. No entanto, temos que ter claro que o mundo é grande o suficiente para permitir a redução dessa nossa dependência. Aliás, é preciso ver com clareza que na questão das relações do Brasil com os Estados Unidos o problema

maior não é o das trocas comerciais. O mais grave e difícil de resolver é o da submissão à estratégia estadunidense e à ditadura do capital volátil. Qualquer governo brasileiro que aponte ao exercício de uma política soberana provocará ações desestabilizadoras por parte dos Estados Unidos. Essa é a práxis histórica. Isso é o que está a ocorrer na Venezuela. Esse é o motivo do bloqueio permanente a Cuba.

Qualquer governo democrático e progressista que atue em função dos interesses da soberania nacional terá imediatamente a oposição de Washington. E o que é pior, Washington terá o apoio incondicional das nossas elites historicamente submissas. O que se pode fazer como alternativa é mobilizar a opinião pública dos Estados Unidos. O New York Times, refletindo amplos setores da sociedade estadunidense tem recomendado que o Brasil merece uma trégua para poder respirar.

Adventícios

Uma outra característica intrínseca à elite oligárquica brasileira é a profunda aversão aos adventícios (aqueles que chegam de fora). Fica eriçada só com pensar em compartilhar a mesa (não a cama) com alguém oriundo das classes subalternas.

No dia seguinte a Posse de Lula nossa elite já estará conspirando

**A elite tem aversão
aos adventícios e
Lula é o mais
adventício de todos:
operário e retirante**

O ódio aumenta quando se trata de descendentes de imigrantes e chega ao paroxismo quando um deles chega ao poder não para lhes servir. E pior ainda quando aparece alguém que quer o poder para servir ao povo.

Jânio, Collor, adventícios que tiveram momentos de glória por serventia, foram descartados quando já não serviam. João Goulart, Brizola, foram os mais demonizados dos políticos brasileiros por ousarem usar o poder para contrariar os interesses das elites. Eis aí o que está reservado para Lula, o mais adventício entre todos: o operário e retirante. No dia seguinte de sua posse, tal como aconteceu com Goulart, tal como aconteceu com Allende, tal como ocorre com Chaves, a elite estará conspirando, e estará buscando apoio externo para a restauração do seu poder.

Alternativas

Para exercer uma política interna de desenvolvimento integrado e uma política externa voltada à construção da paz e da convivência pacífica entre os

povos, bem como à abertura de novos mercados, ao estabelecimento de parcerias construtivas com a União Européia, Rússia, Japão, China, Índia, África e até mesmo com os Estados Unidos, o Brasil terá de atuar em conjunto com a América Latina, terá que desenvolver uma diplomacia de guerra em tempo de paz e estabelecer agressivas políticas de comércio exterior. Talvez tenha chegado o momento de desdobrar o Itamarati criando um Ministério do Comércio Internacional. Essa política só será viável com firme apoio político interno e sustentação popular que só pode ser propiciado por uma Frente de Salvação Nacional.

Consenso

Para alguns, o objetivo do consenso de Washington é produzir no Brasil uma quebra (crack) igual a que conseguiram impor à Argentina. Para outros, não sendo o Brasil uma Argentina e sim a oitava economia do mundo, essa seria uma estratégia suicida pois a quebra do Brasil arrastaria muita gente consigo, seria uma ameaça ao próprio sistema. O problema da quebra, no entanto, está mais relacionado com o fato de haver ou não competência para administrar a crise. O que interessa aos Estados Unidos não é quebrar o Brasil e sim conduzir a política

econômica de acordo com seus interesses. A situação de crise permanente é claro que lhes favorece. Eis outro busílis da questão econômica.

A saída

Na realidade o Brasil já está quebrado e a crise está sendo administrada com grandes injeções de capital do FMI e muita enganação por parte do governo Fernando Henrique. E a situação entraria por rumos irremediáveis caso vencesse o continuísmo, pois a continuidade de uma política servil aos interesses dos especuladores só agravaria a crise. A sorte do sistema mundial foi o povo ter entendido que era preciso mudar. Ao votar em Lula votou na reprovação do governo FHC. Povo e empresários votaram por um modelo voltado ao desenvolvimento. Resta agora torcer para que não se desvie desse rumo. Torcer para que se consiga formar o propalado pacto social necessário para levar a cabo um programa de salvação nacional.

**Na realidade, o
Brasil já está
quebrado. Só com
mudança de rumo
se pode superar a
crise. O povo votou
para isso**

A crise econômica

Para superar a crise o PIB brasileiro precisa crescer acima de 6% ao ano

O grande mote da campanha do PSDB e do PT foi a questão do desemprego. Ambos candidatos prometeram a criação de 3 a 10 milhões de postos de trabalho. Ninguém explicou como. Lula, mais lúcido, afirmou que só com crescimento econômico se geram novos empregos.

Nos últimos 30 anos a taxa de desemprego tem se mantido mais ou menos constante, em torno de 8%. Em 2000, no entanto, o volume de desempregados chegou a 15% da PEA sendo que, em São Paulo, onde há maior concentração industrial, chegou e se mantém acima de 20% - mais de 2 milhões de trabalhadores.

Márcio Pochmann, do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade de Campinas) e da Secretaria de Emprego da Prefeitura de São Paulo, divulgou estudo em que mostra que: enquanto o desemprego no Brasil cresceu 155,5%, de 1995 a 2000, o gasto do governo em política de emprego caiu relativamente 35,2%. Em 2000, quando o desemprego atingia 15% da PEA, foram investidos 0,9% do PIB em políticas de emprego. No mesmo ano, a Espanha, com desemprego de 14,1%, aplicou 2,6%. Nas social-democracias dos países escandinavos os gastos com políticas de emprego são maiores que as taxas de desemprego.

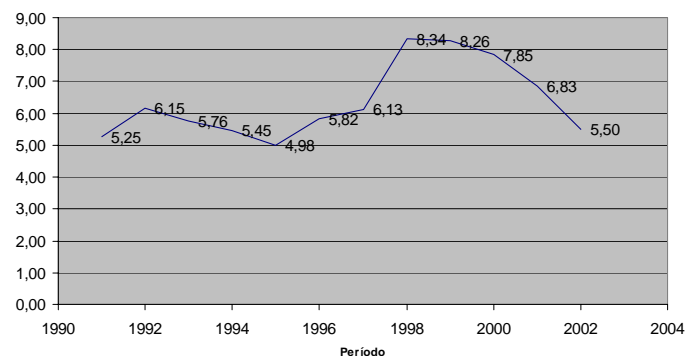
Historicamente as taxas de crescimento do emprego no Brasil acompanhavam as taxas de desenvolvimento. Tivemos situação de pleno emprego com taxas de crescimento industrial de 14%. Pochmann demonstra que com a variação média anual do PIB de 2,2% na década de 1990, a ocupação total cresceu 1,5% enquanto o emprego formal foi reduzido, em média, 1,2% ao ano.

Não está aí o principal drama do desemprego. As estatísticas giram em torno dos empregados formais, com carteira assinada. Ocorre que o crescimento vegetativo da população brasileira,

Só para atender o crescimento vegetativo da população é preciso gerar 1,5 milhão de empregos a cada ano

hoje em seu índice histórico mais baixo, em torno de 1,3%, requer a criação de 1,3 a 1,5 milhões de novos empregos a cada ano.

Evolução da taxa de desemprego



Atender essa demanda só é possível com taxas de crescimento do PIB em torno de 3% a 3,5%. Observando-se a evolução do PIB nos últimos 30 anos, vemos que a média fica abaixo dos 3% e muitas vezes negativa. A não geração de empregos nessas décadas explica a multidão de 55 milhões de pessoas marginalizadas, que vivem abaixo dos índices suportáveis de pobreza. Não bastassem outros fatores da dívida social – educação e saúde por exemplo – esses dados são suficientes para se entender o porque de tanta miséria e tanta violência em nosso país.

Já em 1990 a economia informal representava 50% do PIB. A impressão que se tem é que o país se mantém graças à agricultura e à economia informal – inclusive o crime organizado. Durante o octênio FHC, a média de crescimento ficou em torno de 2,2% ao ano.

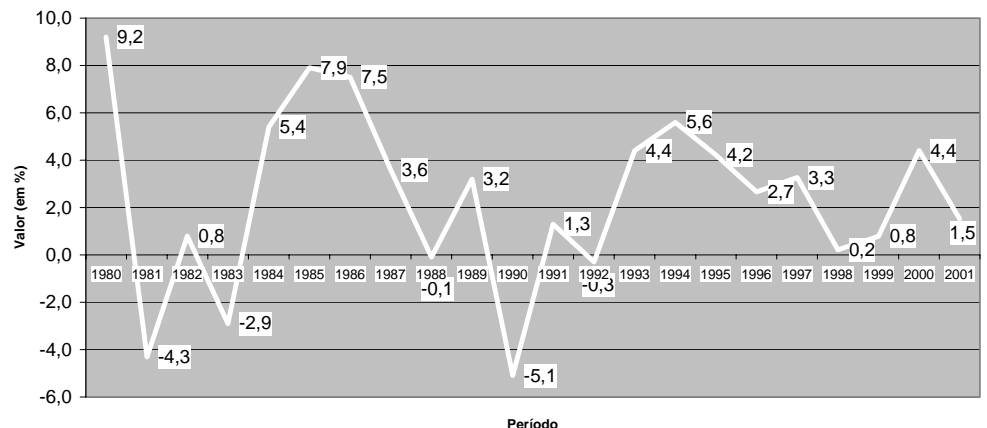
Crescimento insuficiente agrava miséria e dependência

Crescimento insuficiente, conseqüente a políticas monetárias subordinadas ao FMI, registrou média de 2,9% na década de 1980 e 1,9% na década de 1990, e de 2,5% em 20 anos.

O crescimento do PIB tem uma relação direta com as taxas de investimento que também tem se mantido extremamente baixas nas duas últimas décadas: 18,4% na década de 1980 e 15,6% na década de 1990, chegou a 22% em 2000. Gustavo Franco, economista ex-presidente do Banco Central, avalia que para o país crescer à taxas necessárias de 8% a 10% ao ano, é preciso investimento de pelo menos 30% do PIB. Os países da Ásia aplicam em torno de 35%.

A concentração cada vez maior do capital, a globalização, a política de estímulo à exportação, não melhoraram os indicadores sociais. Na década de 1990, por exemplo, as 500 maiores

Crescimento do PIB - 1980/2001



empresas instaladas no Brasil em nada contribuíram para a oferta de empregos. Ao contrário, extinguiram 400 mil postos de trabalho. Para o economista José Pastore, nos anos 1990, foram reduzidos cerca de 1,5 milhões de empregos formais. O aumento da produção, portanto, deve-se exclusivamente ao aumento da produtividade.

Para manter a oferta de empregos em níveis satisfatórios o país precisa crescer acima de 6% ao ano. O crescimento abaixo disso, se dá por ganho de produtividade, não acrescenta.

Brasil: Campeão em marginalidade social

Conseqüência da política de exclusão social, o Brasil figura entre os cinco países com maior concentração de renda do mundo. Os dados do IBGE mostram o tamanho do fosso social

Níveis de renda dos trabalhadores brasileiros - final de 1999.

Renda de até um salário mínimo	4,4 milhões trabalhadores 21%
Renda de 1 a 2 salários mínimos	4,6 milhões trabalhadores 21%
Renda de 2 a 3 salários mínimos	8,5 milhões trabalhadores 12%
Renda de 3 a 5 salários mínimos	9,9 milhões trabalhadores 14%
Renda de 5 a 10 salários mínimos	7,0 milhões trabalhadores 10%
Renda de 10 a 20 salários mínimos	3,1 milhões trabalhadores 4%
Renda acima de 20 salários mínimos	1,6 milhões trabalhadores 2%

(Fonte: Dieese, com base no PNAD-Ibge, (OESP 20/2/00))

Diante do discurso de Lula anunciando que iniciará um programa de emergência para erradicar a fome garantir que "cada brasileiro possa se alimentar três vezes ao dia", os jornais foram buscar no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a dimensão atualizada da miséria nacional: em 2001, 57 milhões de brasileiros estavam classificados como pobres, dentre os quais, 24,7 milhões, 14,6% do total da população, no nível de indigência.

A inflação real é diferente dos índices oficiais

O maior feito de que se gaba Fernando Henrique, foi o de haver controlado a inflação. De fato, o Plano Real estabilizou a moeda que estava com inflação anual em torno de 8.000%. Não obstante, não demorou para a inflação voltar, camuflada nos índices oficiais e insuflada pelos aumentos nos preços administrados pelo próprio governo, como das tarifas públicas, por exemplo

O combate à inflação nos últimos 20 anos tem sido travado sempre com medidas monetaristas e recessivas quando, num país com o potencial do Brasil, deveria se dar através da promoção da produção. Na medida em que a oferta de arroz, feijão, carne, leite, for maior que a demanda e existam excedentes para exportação, não haverá inflação e ainda haverá geração de divisas.

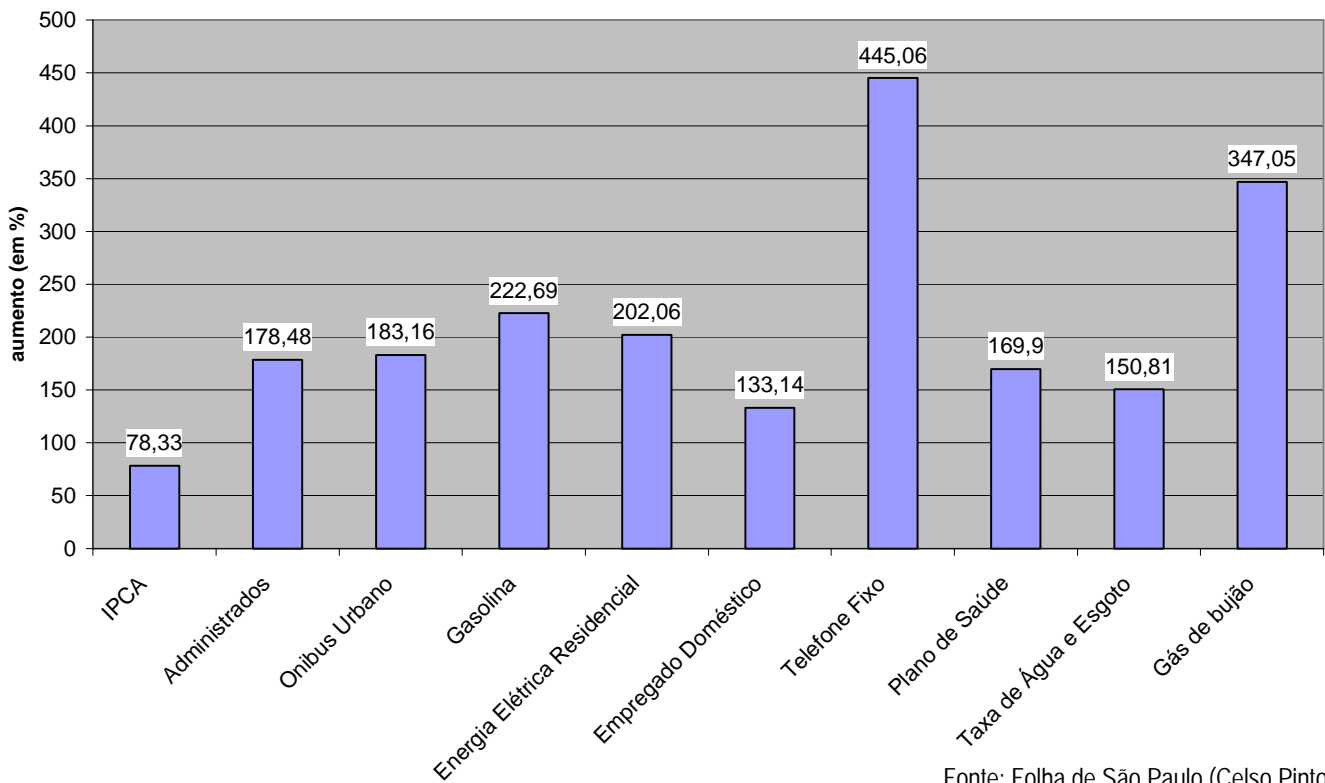
Basta observar os países mais desenvolvidos que se verá que isso é obtido com a formulação

e execução de políticas agrícolas inteligentes, ou protecionistas, a exemplo do que fazem a UE e os EUA. O Brasil, com a maior extensão de terras agricultáveis do mundo, ainda importa alimentos básicos (trigo, cevada, etc).

Outro artifício utilizado para combater a inflação foi manter um valor artificial para o dólar. Quando tiveram que aceitar a realidade, só entre 1998 e 2001 o câmbio sofreu uma desvalorização de 113%, provocando aumentos incontrolados em vários setores da economia.

José Serra, quando deputado federal, alertava que “pior de uma recessão que dure oito meses, é que a recuperação econômica demandará pelo menos outros 20 meses”. Se sabia disso, quando participou do governo, inclusive como ministro do Planejamento, porque não indicou a seu amigo presidente o caminho a seguir?

Enquanto a taxa oficial da inflação (IPCA), entre 1995 e 2001, foi de 78,33%, o Dresdner Bank Latin America contabiliza aumentos superiores a 100% em itens essenciais.



Outro recorde de Fernando Henrique:

A dívida pública só não é maior que a dívida social

Amarrado a compromisso com credores internos e externos, o governo deixou de investir na produção e alimentou um verdadeiro cassino manejado por especuladores. Consequência disso e do descontrole cambial, com o dólar em torno de R\$ 3,70, a dívida pública chegou, em outubro de 2002, a 64% do PIB.

No dia 30 de outubro, a dívida total da União, Estados e Municípios estava em R\$ 230,7 bilhões, sendo R\$ 224 bilhões da dívida interna e R\$ 6,7 bilhões da externa. Do total, R\$ 27,3 bilhões correspondem à dívida das empresas estatais estaduais. Só o Estado de São Paulo deve R\$ 72.862 milhões. A dívida externa total fechou outubro em torno de US\$ 210 bilhões, com um custo ao país de cerca de 6% do PIB.

O pretexto para a dívida tem sido sempre a necessidade de compensar a falta de poupança interna com a poupança externa. Para atrair recursos, emitem títulos pagando juros até oito vezes maior que a média internacional. O capital veio, mas veio para especular, não para produzir riqueza. Ao contrario, tem sangrado as reservas

e criou o risco Brasil, reduzindo as chances de receber investimento produtivo. Se esses investidores retirarem seus dinheiros de uma só vez quebram o país. Fizeram isso com a Argentina, vejam o que deu.

Por que a dívida cresceu tanto e não se vê investimento? Porque os investidores aplicaram seus dinheiros aqui para lucrar com os juros pornográficos oferecidos pelo governo. Juros reais, imorais, em torno de 13% em 1990, chegaram a 30% em 1992 e hoje estão entre 25% e 30%. Para se ter uma idéia dessa distorção, o México, com conjuntura similar a nossa, mantém juros de 5%; os tigres asiáticos entre 3% e 4%, incluindo-se a Rússia; a Índia, 2% e os países desenvolvidos menos de 1%.

Corrupção endêmica na máquina administrativa

Outro gargalo para o próximo governo é a máquina administrativa historicamente conivente com a gatopardização na estrutura do poder brasileiro. O estado brasileiro, assim como toda sua estrutura, foi montada no período colonial à margem da Nação, não para organizá-la, constituí-la, mas para sangrá-la em benefício da coroa e de seus prepostos.

A indiferença do estado diante da miséria nacional,

portanto, tem raízes históricas. Assim também a corrupção ativa e passiva de funcionários em todos os níveis de governo.

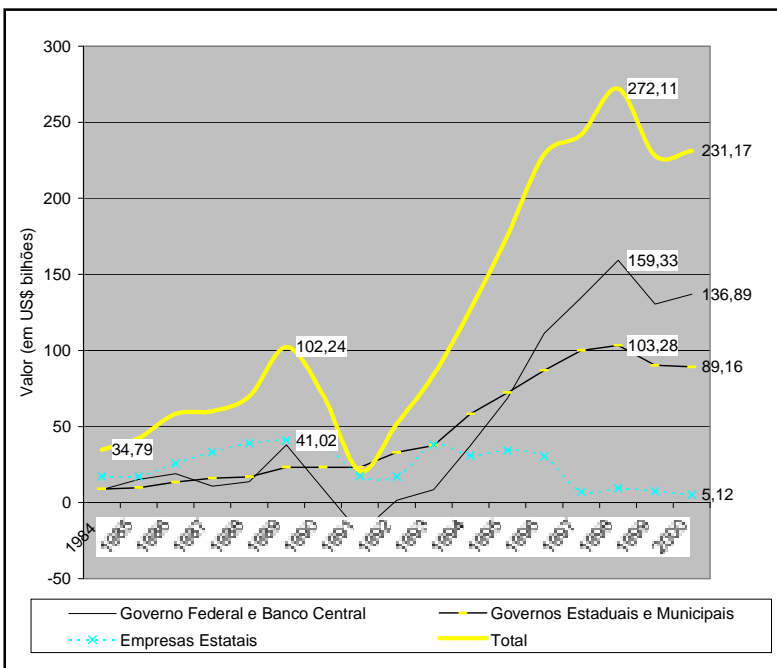
Essa situação começa a mudar um pouco com a necessidade cada vez maior de modernizar a máquina pública, seja como resposta as exigências da própria modernidade, seja por pressões de organismos internacionais de financiamento que exigem prestações de conta detalha-

das, controle do déficit e dos gastos. São esses mesmos organismos contudo que alertam sobre a presença da corrupção na máquina. Não faz muito tempo o Bird denunciou que em 1995, 90% dos recursos aplicados em projetos de redução da pobreza no meio rural não chegaram aos destinatários. Outros 10% eram bem aplicados porque havia forte monitoramento das comunidades locais.

A dívida tem servido somente para se pagar dívidas

Em 1999 o governo gastou cerca de R\$ 127 bilhões com pagamento de juros e amortizações da dívida, 44% de todas as receitas do orçamento da União. A Gazeta Mercantil mostrou a distorção desse comportamento diante da necessidade real do país. Enquanto em 1999 o governo desembolsou R\$ 126 bilhões com encargos de uma dívida

Evolução da dívida interna



de 414 bilhões, com os principais itens sociais do orçamento gastou:

✓	Com a Educação	12 bi
✓	Com a Saúde	19 bi
✓	Habitação Popular	zero
✓	Eletrificação rural	zero
✓	Reforma Agrária	1,2

São empréstimos bancários e papéis que o governo emite para captar recursos dos investidores internos e externos, oferecendo rendimento atraente. Inclui também as dívidas de estados e municípios, consolidadas pela União.

A relação da dívida líquida do setor público com o PIB que em 1994 estava em torno de 20%, com a desvalorização do real de outubro chegou a 64%.

Outra distorção grave é que uma boa parte dos títulos da dívida, apesar de terem seus valores expressos em moeda nacional, quando resgatados por investidores estrangeiros eles são indexados ao valor do dólar do dia do vencimento. Cerca de 40% dos títulos estão assim indexados.

Antes da eleição presidencial, em véspera do vencimento de US\$ 1,25 bilhões de títulos

federais indexados, os especuladores forçaram a alta do dólar que estava a R\$ 3,00 em agosto, fazendo-o chegar a R\$ 4,00 o que lhes permitiu um ganho adicional de mais de R\$ 1,4 bilhão.

O governo da ditadura do capital volátil não só assistiu sorrindo como ainda aproveitou a desvalorização para fazer terrorismo eleitoral, pondo a

culpa nas incertezas provocadas pela oposição.

No final de outubro, com a oposição já vitoriosa nas eleições e tendo sido iniciado o período de transição, em véspera de vencimento de novos títulos da dívida pública indexados, o Banco Central rolou a dívida, isto é, negociou a prolongação dos prazos de vencimento, conseguindo com isso, frear a ação dos especuladores e baixar o dólar a R\$ 3,70. Com isso, deixou claro o motivo eleitoral da liciosidade havida no vencimento anterior.

Arrocho

Para enfrentar os gastos crescentes da dívida, o governo não tem como aumentar os já extorsivos impostos. Tem apelado então para novos endividamentos e para a contenção dos gastos. Assim, não há recurso para investir em desenvolvimento. Além disso, há oito anos os funcionários públicos não recebem aumentos salariais e o Salário Mínimo nacional está 50% abaixo das necessidades mínimas para sobrevivência. A situação dos trabalhadores aposentados de baixa renda é simplesmente dramática.

FHC elevou em quatro vezes os gastos com os serviços da dívida externa

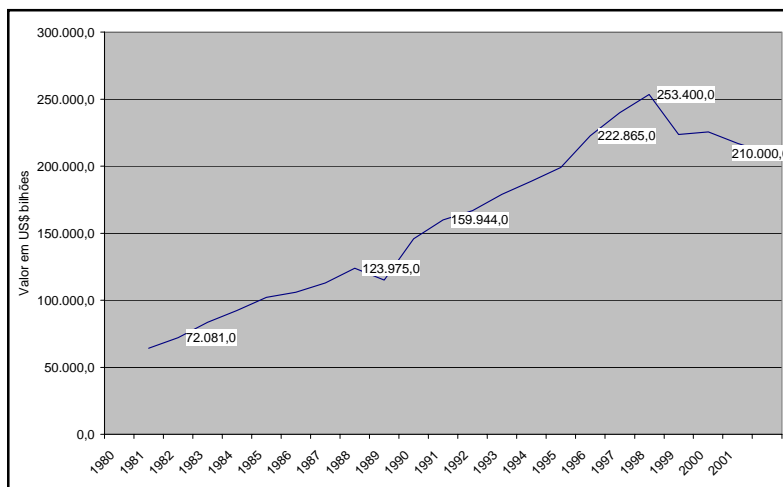
O problema da dívida externa tem uma atenuante pelo fato de pertencer, em sua maioria (60,1%, em setembro de 2000), ao setor privado. Mas não deixa de ter seu efeito perverso, pois, as remessas de dólares para pagamento dos juros e do principal representam uma sangria dolorosa e permanente, porque o Brasil, taxado de país de risco, paga juros mais altos que o normal. Além disso há que computar nessa sangria as remessas de lucros e de dividendos das empresas estrangeiras. Muitas dessas empresas, são as estatais que foram privatizadas e que antes disso, se não geravam divisas, tampouco as gastavam.

Em 1994, FHC firmou o Plano Brady, proposto pelos Estados Unidos, de negociação da dívida. Ao contrário de nos favorecer, elevou em quatro vezes os gastos com os serviços da dívida.

Em 1998 o valor da dívida foi maior que quatro anos de exportações, dois anos de arrecadação e seis vezes as reservas de divisas.

De dezembro de 1994 a dezembro de 1999, o serviço da dívida custou ao governo de FHC, 195 bilhões de dólares, sendo 75 bilhões de juros e 120 de amortizações. Só em 1999, pagou-se pelo serviço da dívida (juros + amortização), US\$ 67 bilhões, sendo US\$ 15,2 bilhões de juros e 51,9 bilhões de amortizações. Em 2002 deverão ter sido pagos 88 bilhões. Em 2003, só em amortizações o governo terá de desembolsar US\$ 28 bilhões. É fácil ver que os que pregam o não pagamento da dívida, como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por exemplo,

Evolução da dívida externa



não exageram quando dizem que a dívida já foi paga.

Na década de 1980, as remessas das empresas estrangeiras giravam em torno de um bilhão de dólares anuais. Em 1999, por conceito de remessa de lucro, foram gastos 7 bilhões de dólares, mais que

os 6,8 milhões da receita tributária de 5.507 municípios brasileiros. O pagamento de juros, amortizações e remessas de lucros e dividendos custa hoje ao país cerca de 50 bilhões de dólares anuais, algo como 6% do PIB

Outra sangria que ocorre sem controle das autoridades se dá através das chamadas contas CC-5, que são contas bancárias de não residentes no país, com dinheiro geralmente utilizado para especular no mercado mobiliário, ou para emprestar para empresas estrangeiras. De janeiro a outubro de 2002 foram enviados para o exterior por meio dessas contas nada menos que 8.1 bilhões de dólares.

É revoltante constatar que todo esse volume de dinheiro não financiou o desenvolvimento como deveria ser. Foi utilizado, preferencialmente, para possibilitar equilíbrio na balança de pagamentos, desequilibrada pelo excesso de remessa de lucros e pagamento dos juros e do principal da dívida. Em outras palavras, os novos empréstimos são contraídos para pagamento dos serviços da dívida gerando um círculo vicioso incurável e indecente. Situação como essa só pode ser superada com aumento o PIB, ou seja, desenvolvimento planejado com base no mercado e na poupança interna.

Balança de Pagamentos: O Brasil é o país dos Impostos

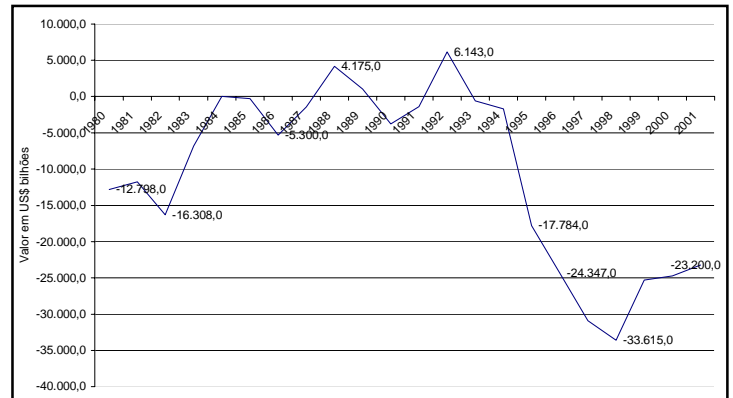
Como resultado da política econômica recessiva que privilegia a especulação financeira, o país tem acumulado déficits permanentes em sua balança de pagamentos. Para compensar essa situação, o governo tem alimentado a dívida pública que já consome de 8% a 9% do PIB. E alimenta a dívida social, ou seja, aumenta a exclusão por falta de investimentos seja para o desenvolvimento, seja para a área social.

Outra consequência é o peso da carga fiscal sobre a sociedade brasileira. Organizações empresariais estão em permanente campanha pela redução do “custo Brasil”, resultado da mais alta carga tributária do mundo: 31% do PIB.

O gráfico mostra que os períodos superavitários são insuficientes para compensar os longos períodos deficitários que se agravam terrivelmente a partir de 1994, no governo FHC.

Para que esses resultados não afugentem os investidores, o FMI passou a exigir do Brasil a prestação de contas na fórmula utilizada pelos

Balança de pagamentos (1980-2001)



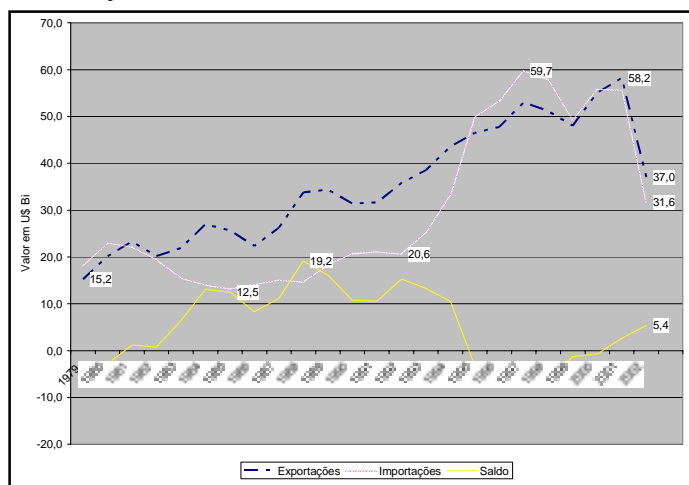
Estados Unidos para escamotear seus enormes déficits: contabilizar os ingressos e egressos da administração excluindo os gastos com a dívida. Assim inventaram o Superávit Primário.

A partir daí, todos os contratos com o FMI contêm a exigência de Superávit Primário, entre 3% e 5% do PIB. Uma exigência para assegurar recursos para pagamento dos serviços e principal da dívida ao sistema financeiro mundial.

Balança comercial: outro fracasso de FHC

Na teoria, o crescente déficit em Conta Corrente deveria ser compensado com superávits na Balança Comercial e investimentos diretos de poupança externa. O primeiro se consegue com

Balança Comercial



aumento das exportações e redução ou não ampliação das importações.

De 1994 em diante, no entanto, o comércio exterior obteve o pior desempenho em duas décadas. Uma das causas foi a manutenção de valor irreal para o dólar, com claros objetivos eleitoreiros de Fernando Henrique que desejava sua reeleição a qualquer custo em 1998.

Os Estados Unidos são o maior parceiro comercial individual do Brasil com 23.4% das importações brasileira e o Brasil é o 11º mercado mundial para as exportações estadunidenses. Apesar do tamanho daquele mercado são os Estados Unidos que vêm obtendo superávits nas trocas com o Brasil: o acumulado de um ano em julho de 1998 estava em torno de US\$ 3 bilhões, o quarto maior do mundo.

A entrada do capital estrangeiro aumentou a sangria de divisas

Ao adotar as teorias liberais e submeter-se às pressões globalizadoras, a equipe econômica do fernandato anunciou que a ausência de investimentos do estado seria compensada pelo investimento estrangeiro. Muita gente acreditou. O capital estrangeiro aumentou a participação nas empresas instaladas no país, agravando ainda mais a sangria de divisas.

Segundo o jornal Folha de São Paulo, o número de empresas brasileiras que sucumbiu ao assédio do capital estrangeiro nos últimos cinco anos mais do que triplicou em relação ao mesmo período imediatamente anterior. Depois do Plano Real (1994), foram realizadas 1.233 operações de fusões e aquisições no país em que o capital estrangeiro adquiriu o controle ou a participação em empresas de capital nacional.

A tendência, que já estava definida desde 1995, se acentuou a partir de janeiro de 1999, com a máxi desvalorização do real que tornou as empresas brasileiras mais baratas em dólar. Depois da máxi, foram realizadas 341 transações com o capital estrangeiro, uma alta de 6,2% em relação ao ano anterior.

Evolução do capital

A participação do capital estrangeiro era de 14,8% em 1990; 26,4% em 1994 e, 36,4 em 1999. No período, o aumento foi de 36% para 53,5%, no setor de serviços de 9,4% para 26,1% e no bancário de 8% para 21,3%.

Em 1994, o capital nacional respondia por 52% dos investimentos e do faturamento da indústria de autopeças. Em 1998, os estrangeiros respondiam por mais de 60% e o presidente do Sindipeças, o sindicato das empresas, previa o desaparecimento do capital nacional no setor em cinco anos.

No lucrativo negócio de supermercados, em 1993 o único dominado por capital estrangeiro entre os dez principais era o Carrefour. Em 1999 só restavam dois nacionais. Hoje, nenhum. O

Carrefour disputa o primeiro lugar com o Pão de Açúcar, que também tem como sócio o francês Casino. No setor de alimentação, a penetração tem sido brutal. Só a Parmalat comprou 15 fábricas.

Das 20 maiores agências de publicidade do país apenas 5 são nacionais.

Em 1994, o capital internacional tinha só 3% dos ativos totais dos bancos. Entre 98 e 99, 23 bancos passaram para controle estrangeiro.

De 95 a 99, foram compradas 772 empresas, sem contar acordos e associações. Em 1995, o capital internacional equivalia a 6,11% do PIB. Em 98, 12,34%. De janeiro a agosto de 99, entraram US\$ 20 bilhões.

O Brasil é o terceiro maior mercado mundial para investimentos diretos de empresas dos EUA, perdendo apenas para Grã Bretanha e Canadá. Os investimentos externos direto chegavam a US\$ 24.5 bilhões de dólares em 1998.

A rentabilidade das empresas transnacionais com sede nos Estados Unidos obtida no Brasil é das maiores do mundo: (%)

Brasil	8,42	Chile	7.13
México	6.07	Argentina	5.03
Ásia	6.75	Europa	3.99
Japão	2.40	Mundo	4.42

O capital estrangeiro procura sempre os setores mais dinâmicos, aqueles que geram retorno mais rápido do capital, como alimentos, manufaturados diversos, e, notadamente, supérfluos. E ainda há o problema de que quando deixa de ser interessante ou apresenta algum risco o investidor se retira para seu país de origem.

As maquilas de Monterey, no México pressionadas a aumentar salários, fecharam as portas e se mudaram para a China, deixando 300 mil mexicanos desempregados. Veja-se quantas empresas foram fechadas na Argentina, porque os investidores fugiram, agravando a crise.

A privatização das estatais dilapidou o patrimônio nacional

Com o argumento de buscar recursos para o desenvolvimento, o governo realizou o programa de venda das empresas estatais. Os tecnocratas diziam acreditar que o desenvolvimento dar-se-ia espontaneamente, numa economia de livre mercado. Na década de 1980, a tendência era recessiva e inflacionária. Na década de 1990 foi revertida a tendência inflacionária mas não conseguiram mover a economia além de alguns setores na área de serviços e de comunicação. O dinheiro arrecadado serviu para pagamento da dívida e lucros dos especuladores.

Buscando o Estado Mínimo, o governo dilapidou o patrimônio nacional. As estatais foram compradas com dinheiro podre (papeis da dívida mobiliária) e os compradores receberam financiamento do banco estatal de desenvolvimento, o BNDES. A falta de

financiamento à produção do setor privado e os altos juros bancários levou à quebra empresas privadas nacionais, estancando a economia e facilitando ao capital estrangeiro a compra de empresas dos setores mais dinâmicos. O governo deixou de investir e não conseguiu atrair investimento produtivo. A única novidade foi o crescimento da telefonia com a introdução do celular.

Entre 1991 e 1998 foram arrecadados com a venda de empresas 67.98 bilhões de dólares, sendo 45.18 bilhões pela venda de empresas federais e 22.18 bilhões de empresas estaduais. Durante o governo de FHC (1994-2002) foram arrecadados 76.3 bilhões, totalizando 85 bilhões de dólares, dos quais 57.4 bilhões por empresas federais. Como se vê, nem a dívida nem o desenvolvimento foram beneficiados.

Os bancos foram os grandes privilegiados por FHC

Os grandes privilegiados no período de Fernando Henrique Cardoso foram os bancos. Em 1999, relatório do Banco Central evidenciava que o conjunto dos 220 bancos em operação tiveram um lucro líquido de R\$ 104.4 bilhões, cinco vezes maior que o resultado do ano anterior. Um dos facilitadores desse ganho foi a desvalorização do real diante do dólar no início daquele ano e o fato de os bancos estarem cobrando, para o crédito pessoal (cheque especial) a seus clientes, juros de 145% ao ano.

Nesse mesmo ano, o governo gastou R\$ 37,7 bilhões para sanear bancos ameaçados de quebra, por meio do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional (Proer). Com a desvalorização, o prejuízo do governo superou R\$ 30 bilhões.

O lucro líquido obtido pelos 20 maiores bancos passou de 2.219 bilhões em 2000 para 6,809 bilhões em 2001, um acréscimo de 206,84%.

É interessante registrar que os bancos estrangeiros tiveram em suas agências no Brasil lucro 50% superiores aos obtidos em suas matrizes e agências em outros países.

Em dezembro de 2001, o saldo das cadernetas de poupança nos bancos era de R\$ 97.5 bilhões. A legislação brasileira em vigor obriga que 65% dos recursos de poupança sejam destinados ao crédito imobiliário. No entanto, o setor não recebeu um só centavo. Por meio de artifícios legais os bancos usaram esse dinheiro (pouco mais de 40%), para cobrir o saldo devedor de mutuários do sistema de financiamento habitacional, e outra parte em aplicações mais rendosas na ciranda financeira.

Um dos maiores gargalos para o crescimento das empresas é a falta de capital de giro. O Sistema Financeiro ainda não se livrou dos vícios dos tempos da ciranda. Em 1995, os bancos detinham ainda 14% do PIB quando numa economia normal deveriam ter 5%.

Falta de investimento em energia é trava para o desenvolvimento

O problema da energia elétrica é outro gargalo em que tropeçará o novo governo para retomada do desenvolvimento. Para crescer é preciso energia. Ao sociólogo Fernando Henrique não lhe ocorreu que uma Usina Hidroelétrica necessita mais de cinco anos para as etapas de estudos de viabilidade e factibilidade e para se obter um Relatório de Impacto Ambiental que satisfaça as exigências de um desenvolvimento eticamente aceitável. E ainda requer mais alguns anos para a etapa de construção, extensão de redes de distribuição.

O que fez o governo na área energética? Vendeu importantes empresas estatais de geração e distribuição de energia. Durante o processo de privatização, não houve investimentos. Houve sim, aperfeiçoamento da administração e demissão de pessoal com a finalidade de oferecer um produto atraente. Empresas gigantes como a estadunidense AES, a Duke EC e outras, compraram geradoras e distribuidoras, algumas de importância estratégica como a Eletropaulo, principal distribuidora do Estado de São Paulo. Após a entrada das estrangeiras, apesar do aumento nas tarifas, não houve novos

investimentos. Como tampouco o governo investiu, foi crescendo a brecha entre a demanda e a oferta de energia. Essa falta de planejamento afeta também o abastecimento de água potável e para irrigação, pois as bacias hidrográficas são as mesmas para todos os casos.

Conseqüência desse descaso, o país foi submetido a rigoroso racionamento de energia elétrica, prejudicando o desenvolvimento industrial. Tivemos apagões (black out) e teremos outros. Além disso, milhões de brasileiros das grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, estão ameaçados de passar o verão sob rígido racionamento de água. Não melhorando o clima poderá até mesmo haver um colapso no abastecimento.

Para atender a demanda por energia a taxas de desenvolvimento atuais, seria necessário adicionar 3.650 MW nos próximos cinco anos! Isso quer dizer, segundo o economista José Pastore, que seria necessário construir uma Usina de Tucuruí a cada 12 meses. Talvez esse seja o obstáculo mais difícil de superar na retomada do desenvolvimento

**Demonstração do lucro
de alguns bancos em 2001**

Banco	Lucro em R\$ milhões	Aumento em relação a 2000
Bradesco	2.171	24,7
Itaú	1.8	29,8
Banespa (Santander)	1.089	-
Unibanco	972	31,5
Real ABN Amro	784.3	20,85
Bank Boston	738	199,59
Citibank	603	33,5
Safra	397	30

**Demonstração do comércio exterior
com alguns blocos
período 1994 - 2001**

	EUA	UE	Aladi Mercosul
Exportação	84.932,6	110.205,7	93.195,6 58.180,6
Importação	94.726,4	61.731,5	84.482,3 60.195,0
Saldo	179.659	223.138,5	177.677,9 -2.014,4

O grande problema para o novo governo é o de gerar recursos para o desenvolvimento

Objetivamente, a retomada do desenvolvimento requer a transposição de quatro grandes obstáculos:

- Dívida pública (interna e externa) - Deficit em Conta Corrente
- Déficit de Energia Elétrica - Dívida social (combate à miséria).

Subjetivamente há os obstáculos: - pressões globalizantes

- permanência de elite e mídia submissas aos interesses do capital financeiro - ausência de partidos bem estruturados para a Frente de Salvação Nacional.

O problema fundamental para o novo governo é o de conseguir recursos para iniciar sua caminhada, com propósitos de desenvolver o país e corrigir injustiças sociais. Lula demonstrou ter consciência, em sua campanha, de que sem investimento não há crescimento e sem desenvolvimento não há emprego.

O PIB brasileiro é irrisório diante dos recursos naturais, de infra-estrutura, tecnológicos e humanos de que dispõe e das necessidades de desenvolvimento. Desde o início da década de 1980 se fala em modernizar o país e o que se conseguiu nas duas décadas foi reduzir a produção industrial. A modernização almejada, o Brasil potência, só será

Para voltar a crescer mais de 4% ao ano é preciso destinar 35% do PIB para investimento

alcançada triplicando, ou mesmo quadruplicando nosso PIB em programas de menor prazo possível.

Para crescer a taxas superiores a 6% ao ano é preciso que se destine pelo menos de 30% a 35% do PIB para investimentos, algo como 200 bilhões de dólares na situação de hoje, mais de 20 vezes do que está previsto no orçamento para 2003.

O governo de Lula terá que renegociar os termos dos acordos com o FMI, que depois da elevação do dólar, passou a exigir um Superávit Primário de 5% do PIB. E terá que renegociar também prazos e juros da dívida externa.

Claro que diante de uma necessidade desse tamanho o investimento externo é neces-

sário, ainda mais tomando em conta o hábito adquirido de dirigir a poupança interna ao investimento especulativo.

A poupança externa será sempre bem-vinda desde que encaminhada às prioridades nacionais.

Onde investir

O investimento chave para o crescimento é aquele dirigido à infra-estrutura no qual a indústria da construção, se priorizada, pode transformar-se em poderosa alavanca para o desenvolvimento econômico. Foi o que fez Roosevelt com o seu New Deal que tirou os Estados Unidos do buraco cavado na crise de 1929. Foi o que se fez na Europa no pós-guerra, com o Plano Marshal. Em circunstâncias bem diferentes, foi o que fez JK no seu governo, com a construção de estradas de penetração e a edificação de Brasília. Ainda hoje, nos Estados Unidos e na Europa, a indústria da construção é prioridade, recebendo em torno de 30% do total dos investimentos nesses países.

Lula sabe que sem investimento não há desenvolvimento e que sem desenvolvimento não há emprego

O desenvolvimento integrado e sustentável exige planejamento

Construção

Está constatado que a indústria da construção move todos os setores da economia e é o que gera maior número de empregos diretos e indiretos. Os bens produzidos são perenes e multiplicadores de riqueza e não podem ser levados pelos investidores. São as estradas, as pontes, os portos, o saneamento básico, a energia elétrica, as moradias populares.

Essas prioridades que foram anunciadas pelo novo governo constituem o único caminho para se sair do atoleiro e começar a caminhar por terra firme. Vamos ver se é capaz.

Historicamente a agricultura financiou o desenvolvimento industrial

Agricultura

Outro setor chave fonte de recursos é a agricultura. Nossas extensas terras agricultáveis, com uma política agrícola inteligente, podem gerar abundantes recursos para impulsionar o desenvolvimento. A região Sul/Sudeste do País tem comprovado isso historicamente. São Paulo tem bons exemplos de como a poupança gerada na agricultura pode desenvolver o setor industrial. O Brasil tem todas as condições

O problema brasileiro não é de Reforma Agrária, é de Política Agrícola

para tornar-se grande supridor de alimentos para o mundo sem contudo ter que voltar a ser um país essencialmente agrícola.

Política agrícola

Mais do que um problema de reforma agrária, o problema brasileiro é de política agrícola. Toda atividade produtiva requer planejamento. Não se resolve o problema distribuindo terras sem que se tenha definido com anterioridade a vocação da terra, sem que haja orientação técnica para seu melhor aproveitamento, sem que haja infra-estrutura para escoamento da produção, sem que haja compradores e preços mínimos.

Ocupação predatória

A história da ocupação territorial de nosso país, com raras exceções, é uma depositária de erros. Historicamente, desde a chegada dos europeus, tem sido uma ocupação predatória. O massacre indígena, a destruição das florestas, a monocultura destruidora do meio ambiente, as terras gretadas ou tornadas inférteis devido ao mau uso, já não podem mais ser toleradas.

Planejamento

O desenvolvimento agrícola assim como o desenvolvimento urbano devem ser parte de uma estratégia de desenvolvimento integrado com vistas à sustentabilidade, dirigida a oferecer a cada um dos habitantes as condições para sua plena realização como ser humano. A grande aspiração da humanidade, consagrada em todos os foros internacionais, é a conquista da paz e a construção de um desenvolvimento ético. Por isso qualquer projeto nacional exige também grande esforço e investimento em educação, saúde, moradia e saneamento.

Pacto Social

Para cruzar a tormenta, o novo governo propõe um Pacto Social envolvendo trabalhadores, empresários e classe política. Esse mesmo pacto foi proposto em 1990 e não foi concretizado porque os protagonistas se encontravam divididos tanto conceitualmente como em função de seus interesses específicos. Terão superado essas contradições agora vendo o país no fundo do poço? Tomara!. Nem na Argentina nem na Venezuela conseguiram formalizar o pacto necessário deixando evidente que sua formação e condução dependem de uma liderança muito forte.

À guisa de conclusão: um julgamento

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso, certamente ficará na história como o governante que mais danos produziu ao país depois de Tomé de Souza (o primeiro governador geral do Brasil colônia (1549-1553)). Mas, levará um tempo para que isso ocorra. Ele conquistou a mídia, fez bonitos discursos no cenário internacional, trabalhou de tal forma em favor do sistema que certamente os organismos internacionais o protegerão. Kofi Annan, secretário geral da ONU já lhe ofereceu um novo emprego para quando deixar a Presidência da República. Os Estados Unidos tampouco o deixarão desamparado. Além disso, o novo governo, preocupado com a governabilidade, certamente tentará atrair os melhores quadros do PSDB para sua base de apoio e isso o levará a evitar retaliações ao governo derrotado. Vale portanto, deixar aqui o julgamento de um intelectual com tantos diplomas quanto os de Fernando Henrique, mas que não tergiversou para gozar das benesses do sistema.

O professor Fábio Konder Comparato, idealizador e diretor da Escola de governo da USP (Universidade de São Paulo), analisando o período fernandista, prega que FHC deveria ser julgado por um Tribunal Popular por seus crimes de traição à pátria. Em uma longa análise do período, em entrevista publicada no Jornal Sem Terra, em março de 2001, o professor que também é doutor em Coimbra e em Paris, considera que *“a grande responsabilidade do governo Fernando Henrique Cardoso não é ter levado a uma piora da situação econômica e social do país. [...] o que constitui um crime histórico, notável na história brasileira, foi a entrega desse país ao estrangeiro, de pés e mãos atados. [...] Esta é uma ação infinitamente mais danosa que todas as corrupções. [...] Mas, a alienação do país, a submissão do país ao estrangeiro é um crime de conseqüências incalculáveis, de modo que se um dia, o que eu espero, nós viermos a ter um governo de reconstrução nacional, é indispensável que todos esses homens, se ainda estiverem em vida, que eles sejam processados perante um tribunal popular e condenados a indignidade nacional. Se eles já tiverem morrido, os atos deles serão julgados e a memória deles deve ser marcada com esta condenação de indignidade nacional.”*



www.novasociedade.com.br

Quinze anos prestando serviços de planejamento e produção de produtos de comunicação social. Nos últimos cinco anos nos especializamos em realizar projetos de pesquisa documental e iconográfica para resgate de acervos históricos.

Equipe de profissionais multidisciplinar e multimídia capacitada a encontrar soluções para problemas de comunicação em empresas privadas, ONGs e organismos governamentais.

Consulte nossas áreas de maior demanda:

- Pesquisa histórica e sistematização
- Planejamento Estratégico Participativo
- Elaboração de Projetos para captação de recursos

Nova Sociedade Comunicação Ltda

Rua Fábria, 27 - Lapa

05051-030 - São Paulo - SP

Tels. (5511) 38653292 - 38726626

Fax 38732804

novasociedade@novasociedade.com.br

A partir de janeiro, em todas as livrarias



No olho do furacão – América Latina nos anos 60/70 – editado por Cortez Editora ou, En el ojo de la tormenta - América Latina en los años 60/70, editado por Plaza y Valdés (México) - contém relatos objetivos, mas não desprovidos de emoção e de reflexões, dos fatos mais significativos vividos ou presenciados por Paulo Cannabrava Filho na América Latina e alguns países de outros continentes, nos anos de 1960 até 1979 e um pouco dos primeiros anos da década de 1980. Trabalhando como jornalista, em redações e como correspondente, ou atuando politicamente ao lado de líderes e dentro de processos revolucionários, na América Latina – e aqui, obviamente, se inclui o Brasil – Cannabrava procura colocar os fatos dentro do contexto histórico, geográfico e sócio-político de cada país, o que faz do livro uma obra indispensável para quem deseja compreender um dos períodos mais criativos de nossa América Latina. O livro retrata, como diz o autor “mais de uma década em que nossa América Latina esteve em chamas: a chama da criatividade e o fogo dos fuzis iluminando processos revolucionários que perseguiram a construção de um homem novo num mundo livre e solidário. Tempo em que as utopias deixavam o plano da entelúquia para materializar-se em transformações da realidade”.

Esta obra estará disponível nas versões em português e espanhol:

**CORTEZ
EDITORIA**
Comprometida com a educação

Rua Bartira, 317 - Perdizes
05009-000 - São Paulo - SP
Tel (11) 38640111 - Fax 38644290
cortez@cortezeditora.com.br